



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 4ª VARA DO
TRABALHO DE CAMPINA GRANDE**

Equipe de Correição: Alexandre Roque Pinto (Juiz Auxiliar da Vice-Presidência e Corregedoria), Anna Beatriz Queiroga Lopes Meira de Araújo, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Rodrigo Cavalcante Barreto, Silvana Marsicano Franca e Vladimir Azevedo de Mello.

Jurisdição	Alagoa Nova, Alcantil, Algodão de Jandaíra, Amparo, Arara, Areial, Aroeiras, Baraúna, Barra de Santa Rosa, Barra de Santana, Barra de São Miguel, Boa Vista, Boqueirão, Cabaceiras, Camalaú, Campina Grande, Caraúbas, Caturité, Congo, Coxixola, Cubati, Cuité, Damião, Esperanca, Fagundes, Frei Martinho, Gado Bravo, Gurjão, Ingá, Itatuba, Juarez Távora, Juazeirinho, Lagoa Seca, Massaranduba, Matinhas, Mogeiro, Montadas, Monteiro, Natuba, Nova Floresta, Nova Palmeira, Olivedos, Ouro Velho, Parari, Pedra Lavrada, Picuí, Pocinhos, Prata, Puxinanã, Queimadas, Remígio, Riachão do Bacamarte, Riacho de Santo Antônio, Santa Cecília, Santo André, São Domingos do Cariri, São João do Cariri, São João do Tigre, São José dos Cordeiros, São Sebastião de Lagoa de Roca, Sao Sebastiao do Umbuzeiro, São Vicente do Serido, Serra Branca, Serra Redonda, Soledade, Sossego, Sumé, Umbuzeiro, Zabelê
Normativo de criação	Lei nº 10.770, de 21/11/2003



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Data de instalação	27/10/2005
Data da última correição	12 de abril de 2022
Período de correicionado	1º/4/2022 a 31/5/2023

Aos 16 de junho de 2023 sob a supervisão da Excelentíssima Senhora Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora **MARGARIDA ALVES DE ARAÚJO SILVA**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da 4ª Vara do Trabalho de Campina Grande, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 17/2023, publicado no DJET - Adm e Jud, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

A Desembargadora Corregedora, acompanhada do Juiz Auxiliar da Corregedoria, Alexandre Roque Pinto, e do Secretário da Corregedoria, Rodrigo Cavalcante Barreto, foram recebidos presencialmente na sede da Vara, pela Juíza Titular, Maria Íris Diogenes Bezerra, pelo Juiz Substituto fixo, Francisco Xavier de Andrade Filho, pela Diretora de Secretaria, Rafaela Oliveira Marques Dantas e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de 1º/4/2022 a 31/5/2023 (14 meses) e nas informações prestadas pela Diretora de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrada Titular

Juíza Titular	Titularidade na Unidade
Maria Iris Diogenes Bezerra	16/2/2011 – Ato TRT GP nº 50/2011



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

1.2 Magistrado substituto fixo

Juiz Substituto Fixo	Fixação na Unidade
Francisco Xavier de Andrade Filho	3/2/2020 – Ato TRT SCR nº 07/2020

1.3 Servidores lotados na Unidade

A 4ª Vara do Trabalho de Campina Grande conta, atualmente, com **11** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Alessandra Macedo Freire de Mesquita	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	3/7/2018
Angelo Rocha Maracaja	Técnico Judiciário – Secretário de Audiência	30/11/2014
Jose Humberto Almeida Sarmento	Analista Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	5/2/2020
Karwana Santos do Amaral	Técnico Judiciário – Secretário de Audiência	24/9/2019
Lucila de Fatima Tenorio Pereira	Técnico Judiciário – Assistente III	31/8/2018
Marcus Flávio Bindá Praxedes	Técnico Judiciário – Assistente III	24/10/2005
Pedro Apostolo de Carvalho Filho	Técnico Judiciário – Calculista	25/11/2018
Rafaela Oliveira Marques Dantas	Técnico Judiciário – Diretor de Secretaria	2/6/2006
Renata Maria Jacinto da Franca	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular	3/7/2017
Sergio Antonio Almeida Silva	Técnico Judiciário – Calculista	30/11/2014
Wolney Cezar dos Reis Cabral	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	1º/12/2013

A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por dígito final do processo, no sistema PJe, segundo informações prestadas pela Diretora de Secretaria. A diretora ainda informou que a unidade não utiliza a ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em Primeira Instância - WIKI-VT.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

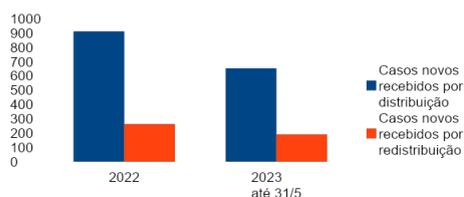
De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 4ª Vara do Trabalho de Campina Grande contabilizava, em 31/5/2023, um acervo processual de 1.788 processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	945
Fase de Liquidação	195
Fase de execução	640
Cartas precatórias e de ordem	8
TOTAL	1.788

2.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

2.1.1 Casos novos

Item	2022	2023 até 31/5
Casos novos recebidos por distribuição	909	651
Casos novos recebidos por redistribuição	262	190
TOTAL	1.171	841

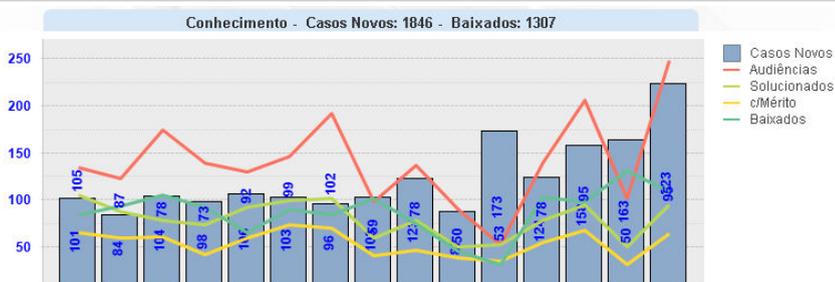


No período correicionado, houve registro de dois processos recebidos com sentenças anuladas pela instância superior (0000637-25.2022.5.13.0023 e 0000265-76.2022.5.13.0023).

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correicionado (abril/2022 a maio/2023).

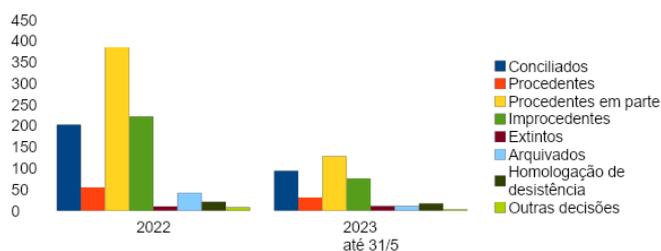


**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**



2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Item	2022	2023 até 31/5
Conciliados	203	94
Procedentes	55	31
Procedentes em parte	385	128
Improcedentes	222	76
Extintos	10	11
Arquivados	42	11
Homologação de desistência	21	17
Outras decisões	8	3
TOTAL	946	371



2.3 Pendentes de solução (Fonte: Hórus)

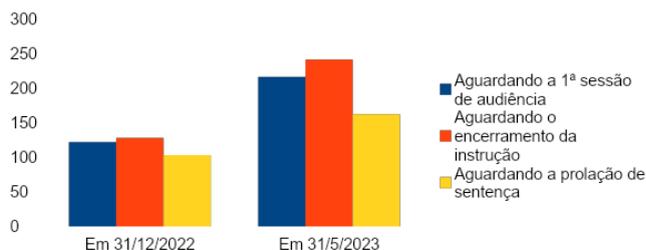
A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	Em 31/12/2022	Em 31/5/2023
Aguardando a 1ª sessão de audiência	122	216
Aguardando o encerramento da instrução	128	241



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Aguardando a prolação de sentença	103	162
TOTAL	353	619



2.4 Pendentes de finalização (Fontes: Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2022	2023 até 31/5	Variação (%)
Fase de conhecimento	828	945	14,13%
Fase de liquidação	138	195	41,30%
Fase de execução	620	640	3,23%

*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

3. PANORAMA DE AUDIÊNCIAS

3.1 Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo.

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	175	200	58	26	0
Conciliação em conhecimento	16	38	22	27	1
Conciliação em Execução	6	17	17	11	1
Una	129	112	274	270	0
Instrução	123	123	52	48	0



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Segundo informações prestadas pela Diretora de Secretaria, a Unidade correicionada realiza audiências de segunda a quinta-feira.

3.2. Audiências realizadas na jurisdição de Campina Grande (Fonte: Hórus)

MÊS	1ª VTCG	2ª VTCG	3ª VTCG	4ª VTCG	5ª VTCG	6ª VTCG	7ª VTCG	Média (excluída a unidade correicionada)
4/22	128	124	119	122	120	119	161	128,5
5/22	155	154	148	174	205	162	244	178
6/22	86	145	103	139	111	99	199	123,83
7/22	126	114	92	130	83	72	152	106,5
8/22	114	147	124	146	123	135	164	134,5
9/22	155	159	169	191	123	123	146	145,83
10/22	116	102	108	98	80	85	122	102,16
11/22	168	175	77	137	122	155	159	142,66
12/22	64	94	99	90	79	70	100	84,33
1/23	8	26	62	53	34	35	38	33,83
2/23	128	171	158	139	103	200	139	149,83
3/23	172	207	167	206	222	228	233	204,83
4/23	125	142	183	102	119	150	164	147,16
5/23	242	260	243	248	189	250	246	238,33
TOTAL	1787	2020	1852	1975	1713	1883	2267	1920,29

4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Fase de conhecimento	2022	2023 até 31/5
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	35	48
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	77	70
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	111	110
Da conclusão à prolação da sentença	51	49
Do ajuizamento até a prolação da sentença	152	136

5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item		2022	2023 até 31/5
Embargos de declaração	Recebidos	201	66
	Baixados	214	56
	Pendentes	17	27
Tutela Provisórias	Recebidos	69	37
	Apreciadas	49	28
	Pendentes	5	11
Liquidação/ Execução	Recebidos	57	14
	Baixados	42	10
	Pendentes	17	13

6. RECURSOS INTERPOSTOS (Fonte: Hórus)

1º/4/2022 a 31/5/2023			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	699	684	39
Recurso adesivo	32	33	-
Agravo de petição	87	79	5
Total	818	796	44

7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o ano-base **2022**: **139** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **196** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **162** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia **31/5** é de **135** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **157** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **144** dias. Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **152** dias, para o ano base de **2022** e de **136** dias, relativo a este ano de **2023**, até **31 de maio**.

Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de **2022**, foi de **1.470** dias, e de **880** dias, referente ao exercício atual até o dia **31 de maio**.

8. NÚMERO DE PROCESSOS NA FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: e-Gestão e Hórus)

Item	2022	2023 até 31/5
Execuções pendentes	722	589
Execuções iniciadas	215	192
Desarquivados	195	98
Recebidos de outros Órgãos	-	-
Execução de título extrajudicial	1	-
Execuções encerradas	356	179
Remetidos a outros Órgãos	-	-
Processos arquivados provisoriamente	127	30
Total de processos pendentes de execução	589	603

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de execução, no período correccionado (abril/22 a maio/23):



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2022	2023 até 31/5
Acordo	PJe	R\$ 5.428.023,57	R\$ 3.004.843,84
Espontâneo	PJe	R\$ 2.218.312.087,78	R\$ 4.787.664,08
Execução	PJe	R\$ 2.769.958,30	R\$ 523.261,44
TOTAL		R\$ 2.226.510.069,65	R\$ 8.315.769,36

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
Item	Sistema	2022	2023 até 31/5
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 370.931,47	R\$ 95.147,26
Contribuição previdenciária	PJe	R\$ 1.614.713,59	R\$ 596.235,26
Imposto de renda	PJe	R\$ 103.804,10	R\$ 14.006,32
TOTAL		R\$ 2.089.449,16	R\$705.388,84

10. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

10.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou a Desembargadora Corregedora que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

PERÍODO CORREICIONADO 1º/4/2022 a 31/5/2023		
Item	Sistema	Quantidade
BACENJUD	PJe	337
INFOJUD	PJe	53



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

INFOSEG	Pje	17
SIMBA	PJe	4
RENAJUD	PJe	177
BNDT	Pendentes (PJe)	89
	Incluídos (PJe)	117

11 METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2022 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	106,93%
Unidade Correicionada	101,52%

Meta 1/2023 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
Unidades de primeiro grau do TRT	85,14%
Unidade Correicionada	56,55%

Para efeito de controle da **Meta 1/2023**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **651** casos novos (por distribuição) e **367** (primeiro julgamento), atingindo o percentual de 56,55%.

Meta 2/2022 – Identificar e julgar, até 31/12/2022, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2020 nos 1º e 2º graus	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	107,01% da Meta 2
	99,52% dos processos distribuídos até 31/12/2020
Unidade Correicionada	107,02% da Meta
	99,52% dos processos distribuídos até 31/12/2020

Meta 2/2023 – Identificar e julgar, até 31/12/2023, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nos 1º e 2º graus	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Unidades de primeiro grau do TRT	106,87% da Meta 2
	98,28% dos processos distribuídos até 31/12/2021
Unidade Correicionada	106,93% da Meta 2
	99,44% dos processos distribuídos até 31/12/2021

Meta 3/2022 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juizes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2019/2020, em 1 ponto percentual

IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 40%	
Unidades de primeiro grau do TRT	87,47% da Meta 3
	34,99% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	70,01% da Meta 3
	28,01% de índice de conciliação

Meta 3/2023 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juizes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2020/2021, em 1 ponto percentual

IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 40%	
Unidades de primeiro grau do TRT	88,93% da Meta 3
	35,57% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	77,95% da Meta 3
	31,18% de índice de conciliação

Meta 5/2022 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 2 pontos percentuais, exceto execuções fiscais, em relação a 2021.

Unidades de primeiro grau do TRT	139,89%
Unidade Correicionada	131,83%

Meta 5/2023 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 1 ponto percentual, exceto execuções fiscais, em relação a 2021.

Unidades de primeiro grau do TRT	66,47%
Unidade Correicionada	59,39%

Indicadores								
Período	BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL	
2023-01	31	13	613	213	95,19	94,25	94,94	
2023-02	103	37	605	207	81,87	80,54	81,53	
2023-03	98	38	636	258	73,27	74,57	73,64	
2023-04	131	46	643	246	63,92	64,74	64,14	
2023-05	109	60	687	205	59,28	51,38	57,25	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

12. AFERIÇÃO DE DESEMPENHO EM ÂMBITO NACIONAL - IPC-Jus e Igest

O índice de produtividade comparada da Justiça busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um escore único, produzido com base no Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), no Índice de Produtividade dos Servidores (IPS), na Despesa Total do Tribunal e na Taxa de Congestionamento Líquida (TCL).

Embora os dados individualizados por vara do trabalho não sejam fornecidos pelo CNJ, considerando-se as variáveis analisadas, o que se observa é que o fator principal a ser buscado pelas unidades judiciárias é o aumento de processos baixados, obtido com o incremento da produtividade de magistrados e servidores. Observa-se, dos dados a seguir apresentados, um aumento no quantitativo de processos baixados da unidade correicionada, no que se refere à fase de conhecimento, e uma redução, na fase de execução, entre os anos de 2021 e 2022, e, nos primeiros meses de 2023, proporcionalmente.

Processos baixados	2021	2022	2023 até 31/5
Fase de conhecimento	952	959	472
Fase de execução	534	407	197

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/conhecimento)

	3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	1.037
	2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	954
	4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	952
	1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	917
	5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	874
	6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	826
	7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	727

Comparativo por jurisdição - 2022 (baixados/conhecimento)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	1.098
	5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	1.000
	6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	988
	2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	977
	1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	966
	3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	961
	4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	959

Comparativo por jurisdição - 2023 (baixados/conhecimento até 31/5)

	7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	623
	6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	613
	2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	582
	5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	577
	1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	558
	4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	472
	3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	432

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/execução)

	2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	611
	3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	552
	5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	538
	4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	534
	1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	470
	6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	270
	7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	238

Comparativo por jurisdição - 2022 (baixados/execução)

	3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	743
	1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	610
	2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	551
	5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	541
	4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	407
	6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	237
	7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	185

Comparativo por jurisdição - 2023 (baixados/execução até 31/5)

	5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	421
	7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	276
	1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	240
	6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	229
	4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	197
	3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	197
	2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	192



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - Igest, a 4ª Vara do Trabalho de Campina Grande encontra-se na **715ª colocação**, entre as 1.570 varas do país (**2º quartil**).

Já no quadro comparativo entre as 3 mais bem colocadas Varas do Trabalho com quantitativo de casos novos entre 1.001 e 1.500 (511 varas no total), a unidade correicionada encontra-se com as seguintes colocações conforme os mesoindicadores (período de referência 1º/04/2022 a 31/03/2023):

TRT/Vara	IGEST	Acervo peso 0,2	Celeridade peso 0,2	Produtividade peso 0,2	Tx congest peso 0,2	Força de trabalho peso 0,2
8ª Região - PA e AP - 4ª VT de Parauapebas	1º	10º	29º	211º	3º	1º
3ª Região - MG 2ª Vara de Alfenas	2º	3º	13º	124º	2º	64º
14ª Região - RO e AC - 1ª Vara Ji Paraná	3º	15º	63º	91º	37º	4º
13ª Região - PB 4ª VT de Campina Grande	276º	103º	193º	504º	214º	230º

São apresentadas, ainda, as seguintes variáveis para as Varas do Trabalho acima indicadas (período de referência de 1º/4/2022 a 31/3/2023 - atualizado em 26/5/2023):

TRT/Vara	IGEST	Prazo na fase de conhecimento	Prazo na fase de liquidação	Prazo na fase de execução
8ª Região - PA e AP - 4ª VT de Parauapebas	1º	139,67	13,5	257,56
3ª Região - MG 2ª Vara de Alfenas	2º	65,94	75,14	433,88
14ª Região - RO e AC - 1ª Vara Ji Paraná	3º	53,75	61,2	1081,5



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

13ª Região - PB 4ª VT de Campina Grande	276º	139,52	93,88	1280,92
--	-------------	---------------	--------------	----------------

TRT/Vara	IGEST	Baixados na fase de conhecimento	Baixados na fase de execução	Servidores ativos
8ª Região - PA e AP - 4ª VT de Parauapebas	1º	1329	538	7
3ª Região - MG 2ª Vara de Alfenas	2º	817	415	9
14ª Região - RO e AC - 1ª Vara Ji Paraná	3º	1371	346	9
13ª Região - PB 4ª VT de Campina Grande	276º	983	380	11

Observando os mesoindicadores do e-Gestão, pode-se fazer o comparativo entre os períodos de referência de um ano cada, finalizados nos meses de junho/2022, setembro/2022, dezembro/2022 (após reprocessamento das cargas do e-Gestão), e março/2023, estando a 4ª Vara do Trabalho de Campina Grande nas seguintes colocações entre todas as 1.570 varas do país (consulta realizada em 8 de junho de 2023):

MÊS	IGEST	Acervo	Celeridade	Produtividade	Taxa de congestionamento	Força de trabalho
junho 22	573º	910º	553º	988º	229º	321º
setembro 22	451º	174º	560º	1311º	307º	439º
dezembro 22	524º	179º	582º	1491º	304º	468º
março 23	715º	208º	486º	1563º	500º	601º

A título ilustrativo, também em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - IGest, as Varas do Trabalho de Campina Grande



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

encontram-se com as seguintes colocações, entre as 1.570 varas do país - (1º/4/2022 a 31/03/2023 - atualizado em 26/5/2023):

Vara	Colocação no IGEST
3ª VT CG	182 ^a
2ª VT CG	243 ^a
5ª VT CG	361 ^a
6ª VT CG	461 ^a
1ª VT CG	471 ^a
7ª VT CG	590 ^a
4ª VT CG	715^a

JUÍZES

13. AFASTAMENTO DE JURISDIÇÃO

Juíza Titular

Maria Íris Diógenes Bezerra			
Motivação	Fonte	Período	Dias
Férias	SAOAdm	30/8/2022 a 18/9/2022	20
Férias	SAOAdm	10/4/2023 a 29/4/2023	20

Juiz Substituto

Francisco Xavier de Andrade Filho			
Motivação	Fonte	Período	Dias
Férias	SAOAdm	16/6/2022 a 5/7/2022	20
Férias	SAOAdm	13/10/2022 a 1º/11/2022	20
Férias	SAOAdm	17/5/2023 a 31/5/2023	15



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

13.1 Assiduidade dos magistrados

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face da Magistrada titular, do Magistrado substituto fixo e dos demais Juízes que atuaram na Vara durante o período correccionado.

13.2 Audiências realizadas (1º/4/2022 a 31/5/2023)

	Una	Encerramento da Instrução	Instrução	Inicial	Conciliação Conhecimento	Conciliação Execução	Total
Lindinaldo Silva Marinho	-	-	-	-	1	1	2
Mariana Petit Horácio de Brito	6		-	-	1	7	14
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	-	-	-	-	-	86	86
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	7	-	-	-	2	2	11
Luiz Antonio Magalhaes	7	-	-	-	-	-	7
Fernando Luiz Duarte Barboza	-	-	-	-	1	5	6
Maria Iris Diogenes Bezerra	199	10	251	439	61	81	1041
Francisco Xavier de Andrade Filho	544	8	100	21	53	53	779
Alisson Almeida de Lucena.	25	-	-	-	2	2	29

13.3 Incidentes julgados (1º/4/2022 a 31/5/2023) (Fonte: Hórus)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação / Execução	Total
Maria Iris Diogenes Bezerra	92	34	12	138
Fabio Melo Feijao	-	1	-	1
Alisson Almeida de Lucena.	2	1	1	4
Luiz Antonio Magalhaes	1	-	-	1
Francisco Xavier de Andrade Filho	113	28	27	168



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Mariana Petit Horácio de Brito	2	-	-	2
--------------------------------	---	---	---	---

14. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – solucionados

14.1. Processos solucionados (Fonte: Hórus)

Magistrados	Com Exame do mérito					Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência /Outras Decisões	
Alisson Almeida de Lucena.	6	1	5	5	-	2	-	-	19
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	2	3	1	-	-	-	-	-	6
Francisco Xavier de Andrade Filho	116	6	209	118	-	17	4	29	499
Lindinaldo Silva Marinho	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Luiz Antonio Magalhaes	-	2	3	-	-	-	-	-	5
Maria Iris Diogenes Bezerra	132	63	188	111	1	29	15	13	552
Mariana Petit Horácio de Brito	2	-	5	-	-	-	-	-	7

No período correicionado, a Juíza titular laborou 356 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,55 processo/dia. O Juiz substituto laborou 342 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,46 processo/dia. Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, não é razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

14.2. Processos solucionados por classe processual (Fonte: Hórus)

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	590
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	389
Homologação da Transação Extrajudicial	60
Consignação em Pagamento	16
Embargos de Terceiro Cível	15
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	10
Ação Civil Coletiva	2
Alvará Judicial - Lei 6858/80	2
Tutela Cautelar Antecedente	1
Ação Civil Pública Cível	1
Mandado de Segurança Cível	1
Ação de Cumprimento	1
Petição	1

15. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistrados	Sentenças líquidas	%
Maria Iris Diogenes Bezerra	36	14,34%
Luiz Antonio Magalhaes	2	40%
Mariana Petit Horácio de Brito	4	80%
Francisco Xavier de Andrade Filho	90	41,86%
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	4	100%

16. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrado	Total
Alisson Almeida de Lucena.	19
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	6



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Francisco Xavier de Andrade Filho	466
Lindinaldo Silva Marinho	1
Luiz Antonio Magalhaes	5
Maria Iris Diogenes Bezerra	497
Mariana Petit Horácio de Brito	7

16.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 47 dias

Magistrados	Dias
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	21
Francisco Xavier de Andrade Filho	45
Luiz Antonio Magalhaes	8
Maria Iris Diogenes Bezerra	51
Mariana Petit Horácio de Brito	2

17. OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2022 e a presente correição, foi realizado o único ciclo do Observatório de 2022, no mês de outubro, tendo a Juíza Titular da unidade correicionada enviado resposta em 12/12/2022, destacando que a unidade trabalha com afinco junto aos processos que estão impactando o atingimento da Meta 3 do CNJ, assim como empenha-se para diminuir o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento.

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição -> Observatório Dashboard.

18. PROJETO GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT SCR 017/2020, que dispõem sobre o tratamento



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no Saopje (Relatório Projeto Garimpo - Valor por movimentação), foi registrado o seguinte, entre abril de 2022 e maio de 2023 - 15 meses:

Movimentação	Valor total
Pagamento ao advogado	R\$ 4.219,19
Pagamento em favor do reclamado	R\$ 252.437,14
Pagamento em favor do reclamante	R\$ 15.235,97
Recolhimento de contribuições previdenciárias	R\$ 184,24
Valor transferido para outro processo trabalhista da mesma vara do trabalho	R\$ 38.978,85
Valor transferido para outro processo trabalhista de outra vara do trabalho	R\$ 34.583,94
Total	R\$ 345.639,33

Reforça-se a observância da Recomendação TRT13 SCR 004/2019, a fim de que, ao arquivamento dos autos, proceda à conferência de inexistência de contas com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, evitando-se o ocorrido, por exemplo, nos processos 0000642-86.2018.5.13.0023, 0078500-38.2014.5.13.0023, e 0000969-65.2017.5.13.0023.

A Corregedora destaca a necessidade de que sejam adotadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

19. CAPACITAÇÃO

O Ato TRT13 SCR N° 28/2022 destaca, como item a ser incluso na ata de correição, a participação em cursos por magistrados e servidores. Segundo informações prestadas pela Ejud (PROAD N° 1882/2023), a Juíza titular, Maria Íris Diógenes Bezerra e o Juiz substituto fixo, Francisco Xavier de Andrade Filho, não participaram, no exercício anterior, de cursos voltados à conciliação,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

mediação e à efetividade da execução, constando, apenas, a presença da Juíza titular em curso de formação continuada, pelo período mínimo de 30 horas-aula por semestre (art. 3º da Resolução ENAMAT nº 09/2011), abaixo relacionados.

Magistradas	Descrição- 1º e 2º semestres
MARIA ÍRIS DIÓGENES BEZERRA	<p>Módulo III dos Estudos Avançados de Execução: Jurisprudência do TST acerca da temática Execução, pela EJUD da 13a, finalizado em 13/05/2022, com 12 horas-aula</p> <p>Mód. IV dos Estudos Avançados de Execução: Utilização Otimizada de Ferramentas Eletrônicas para Execução para Servidores, pela EJUD da 13a, finalizado em 27/05/2022, com 5 horas-aula.</p> <p>Seminário Internacional sobre Métodos Consensuais de Resolução de Disputas: A Justiça do Trabalho a Serviço da Paz, pela ENAMAT, finalizado em 07/10/2022, com 15 horas-aula</p>

Os servidores Marcus Flávio Bindá Praxedes e Pedro Apostolo de Carvalho Filho, lotados na Unidade correicionada, não participaram de capacitações, consoante informado pela Ejud (PROAD Nº 1882/2023) e Segepe (PROAD 2478/2023) em 2022. Os demais servidores, abaixo relacionados, estiveram presentes em capacitações durante o exercício anterior.

Servidores	Descrição
ALESSANDRA MACEDO FREIRE DE MESQUITA	<p>TRT - A TECNOLOGIA NÃO É NEUTRA - INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DESCRIMINACAO - PALESTRA /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - SISTEMA AUD 4 RELATIVA A INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>CURSO PARA ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DOS DEPÓSITOS JUDICIAIS - SISTEMA GARIMPO - VERSÃO 2.2.7 - PARTE NEGOCIAL / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 21a REGIAO</p> <p>INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA AGO/2022) / ENAP</p> <p>PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA AGO/2022) / ENAP</p> <p>TRT - WORKSHOP GESTÃO DE VARA DO TRABALHO: PJE E E-GESTÃO NA PRÁTICA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>REGIÃO / PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL</p> <p>TRT - ASPECTOS DESTACADOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO APLICÁVEL AOS AGENTES PÚBLICOS FEDERAIS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - MÓDULO III DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: JURISPRUDÊNCIA DO TST ACERCA DA TEMÁTICA EXECUCAO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - EM FORMATO HÍBRIDO</p> <p>TRT - MÓDULO IV DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DE FERRAMENTAS ELETRÔNICAS PARA EXECUÇÃO PARA SERVIDORES / EJUD 13ª REGIÃO / HÍBRIDO</p> <p>TRT - SIMPLIFICAÇÃO DE LINGUAGEM - PALESTRA ONLINE / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
ANGELO ROCHA MARACAJA	<p>TRT - SISTEMA AUD 4 RELATIVA A INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - PROJETO SEXTA-FEIRA 2022.1 - MÓDULO I - PALESTRA - EM BUSCA DA LIBERDADE FINANCEIRA / ESTRATÉGIA E POLÍTICA - ESTRAPOLI - SEGEPE</p>
JOSE HUMBERTO ALMEIDA SARMENTO	<p>INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA AGO/2022) / ENAP</p> <p>PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA AGO/2022) / ENAP</p> <p>TRT - ACESSIBILIDADE E DIVERSIDADE HUMANA CONVIVÊNCIAS E INCLUSÃO SOCIAL - TURMA II / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - ACIDENTE DE TRABALHO E RESPONSABILIDADE CIVIL / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE HÍBRIDA</p> <p>TRT - ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - CICLO II DO PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARA APOSENTADORIA - PPA / SEGEPE - TRT 13ª REGIAO</p> <p>TRT - LEITURA DINAMICA E MEMORIZACAO (MODALIDADE HÍBRIDA, PARTE PRESENCIAL E PARTE A DISTÂNCIA) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - MÉDIA TRAINING PARA GESTÃO DA IMAGEM INSTITUCIONAL E O RISCO DE CRISES NAS REDES SOCIAIS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / FORMATO HÍBRIDO</p> <p>TRT - MÓDULO III DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: JURISPRUDÊNCIA DO TST ACERCA DA TEMÁTICA EXECUCAO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - EM FORMATO HÍBRIDO</p> <p>TRT - MÓDULO V DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO PRÁTICAS DE EXECUÇÃO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO/PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL</p> <p>TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>TRT - PESQUISA DE MERCADO, ESTIMATIVA DE PREÇO E NEGOCIAÇÃO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS / ESAFI ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO</p> <p>TRT - RECURSO DE REVISTA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - REDAÇÃO JURÍDICA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - SEMINÁRIO SOBRE NORMAS INTERNACIONAIS TRABALHISTAS NA PERSPECTIVA DA RECOMENDAÇÃO 123/2022 DO CNJ / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / EM FORMATO HÍBRIDO</p> <p>TRT - SIMPLIFICAÇÃO DE LINGUAGEM - PALESTRA ONLINE / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - SISTEMA AUD 4 RELATIVA A INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - WORKSHOP GESTÃO DE VARA DO TRABALHO: PJE E E-GESTÃO NA PRÁTICA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL</p>
KARWANA SANTOS DO AMARAL	<p>TRT - REFORMA TRABALHISTA DIALOGADA - MÓDULO II - TURMA 1/2022 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - WORKSHOP GESTÃO DE VARA DO TRABALHO: PJE E E-GESTÃO NA PRÁTICA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL</p> <p>TRT - ACIDENTE DE TRABALHO E RESPONSABILIDADE CIVIL / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE HÍBRIDA</p> <p>TRT - ÉTICA, INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE - TURMA 1/2022 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - MÓDULO I DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / O CURSO OCORREU DE FORMA HÍBRIDA</p> <p>TRT - MÓDULO V DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: PRÁTICAS DE EXECUCAO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO/PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL</p> <p>TRT - PROJETO SEXTA-FEIRA 2022.1 - MÓDULO I - PALESTRA - EM BUSCA DA LIBERDADE FINANCEIRA /ESTRATÉGIA E POLÍTICA - ESTRAPOLI - SEGEPE</p> <p>TRT - NOVAS FUNCIONALIDADES DA VERSÃO 2.7 DO PJE / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
LUCILA DE FATIMA TENORIO PEREIRA	<p>TRT - SEMANA DE ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO MORAL E ASSÉDIO SEXUAL - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIAO</p> <p>TRT - SEMINÁRIO SOBRE NORMAS INTERNACIONAIS TRABALHISTAS NA PERSPECTIVA DA RECOMENDAÇÃO 123/2022 DO CNJ / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / EM FORMATO HÍBRIDO</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>TRT - MÓDULO III DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: JURISPRUDÊNCIA DO TST ACERCA DA TEMÁTICA EXECUCAO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO - EM FORMATO HÍBRIDO</p> <p>TRT - MÓDULO II DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: MEIOS DE DEFESA E EXPROPRIAÇÃO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / EM FORMATO HÍBRIDO, PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL</p> <p>TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>LIVE No 029/2022 - ASPECTOS PRÁTICOS DA EXECUÇÃO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 21a REGIAO</p> <p>TRT - MÊDIA TRAINING PARA GESTÃO DA IMAGEM INSTITUCIONAL E O RISCO DE CRISES NAS REDES SOCIAIS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / FORMATO HÍBRIDO</p>
RAFAELA OLIVEIRA MARQUES DANTAS	<p>TRT - WORKSHOP GESTÃO DE VARA DO TRABALHO: PJE E E-GESTÃO NA PRÁTICA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL</p> <p>TRT - SISTEMA AUD 4 RELATIVA A INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - SEMINÁRIO SOBRE NORMAS INTERNACIONAIS TRABALHISTAS NA PERSPECTIVA DA RECOMENDAÇÃO 123/2022 DO CNJ / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / EM FORMATO HÍBRIDO</p> <p>TRT - LEITURA DINAMICA E MEMORIZACAO (MODALIDADE HÍBRIDA, PARTE PRESENCIAL E PARTE A DISTÂNCIA) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - MÓDULO I DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: TEORIA GERAL DA EXECUCAO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / O CURSO OCORREU DE FORMA HÍBRIDA</p>
RENATA MARIA JACINTO DA FRANCA	<p>TRT - WORKSHOP GESTÃO DE VARA DO TRABALHO: PJE E E-GESTÃO NA PRÁTICA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL</p> <p>TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - MÓDULO IV DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DE FERRAMENTAS ELETRÔNICAS PARA EXECUÇÃO PARA SERVIDORES / EJUD 13a REGIÃO / HÍBRIDO</p> <p>TRT - JURISPRUDENCIA CONTEMPORANEA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO - MODALIDADE HÍBRIDO</p> <p>PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA AGO/2022) / ENAP</p>
SERGIO ANTONIO ALMEIDA SILVA	<p>TRT - MÓDULO II DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: MEIOS DE DEFESA E EXPROPRIAÇÃO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / EM FORMATO HÍBRIDO, PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>TRT - MÓDULO III DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: JURISPRUDÊNCIA DO TST ACERCA DA TEMÁTICA EXECUCAO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO - EM FORMATO HÍBRIDO</p> <p>TRT - MÓDULO IV DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DE FERRAMENTAS ELETRÔNICAS PARA EXECUÇÃO PARA SERVIDORES / EJUD 13a REGIÃO / HÍBRIDO</p> <p>TRT - MÓDULO V DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: PRÁTICAS DE EXECUÇÃO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO/PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL</p> <p>TRT - PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA O TCU E RESOLUÇÃO NA ÁREA CCAUD / ESAFI ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO</p> <p>TRT - WORKSHOP GESTÃO DE VARA DO TRABALHO: PJE E E-GESTÃO NA PRÁTICA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL</p> <p>TRT - MÓDULO I DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / O CURSO OCORREU DE FORMA HÍBRIDA</p> <p>TRT - CRIPTO ATIVOS E EXECUÇÃO TRABALHISTA - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - ASPECTOS DESTACADOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO APLICÁVEL AOS AGENTES PÚBLICOS FEDERAIS /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>A EXECUÇÃO TRABALHISTA E AS REFORMAS DO CPC / IMAZON CURSOS</p> <p>A HISTÓRIA DO DIREITO / IMAZON CURSOS</p> <p>TRT - ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p>
<p>WOLNEY CEZAR DOS REIS CABRAL</p>	<p>TRT - MÓDULO III DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: JURISPRUDÊNCIA DO TST ACERCA DA TEMÁTICA EXECUCAO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO - EM FORMATO HÍBRIDO</p> <p>TRT - MÓDULO I DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: TEORIA GERAL DA EXECUCAO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / O CURSO OCORREU DE FORMA HÍBRIDA</p> <p>TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - SISTEMA AUD 4 RELATIVA A INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - SISTEMA AUD 4 RELATIVA A INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA ZOOM /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - TECNOLOGIA, TRABALHO E DIREITO DO TRABALHO - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - NOVAS FUNCIONALIDADES DA VERSÃO 2.7 DO PJE / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

20. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

Processos analisados

Foram analisados 30 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT13 SCR nº 028/2022, havendo a prolação de 12 despachos correicionais no PJe.

Concede a Desembargadora Corregedora o prazo de 08 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

No mesmo prazo concedido para o cumprimento dos despachos correicionais, deverá a unidade correicionada adotar providências para o saneamento das contas ativas com valores pendentes de liberação nos seguintes processos arquivados: 0000642-86.2018.5.13.0023, 0078500-38.2014.5.13.0023, e 0000969-65.2017.5.13.0023, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

Segundo informações prestadas pelo supervisor da Ouvidoria, conforme artigo 2º, II, a, do Ato TRT SCR nº 067/2020, foi registrada uma manifestação, nos últimos seis meses, devidamente solucionada.

20. RECOMENDAÇÕES

Aos magistrados

1. Recomendações gerais

- a) adotar o procedimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;
- b) observar as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013 no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

eletrônico sentenças.dsst@mte.gov.br do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para o endereço eletrônico insalubridade@tst.jus.br, a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização;

c) diligenciar nos processos em execução encaminhados ao arquivo provisório ou sobrestados em decorrência do deferimento da recuperação judicial, de modo que, com o seu encerramento ou com o encerramento da quebra em que ela tenha sido convolada (art. 156 e seguintes da Lei 11.101/2005), seja retomado o prosseguimento, para cobrança dos créditos que não tenham sido totalmente satisfeitos (art. 114 da Consolidação dos Provimentos da CGJT);

d) visitar os processos que se encontram em arquivo provisório ou sobrestados com execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas por meio da utilização dos sistemas Sisbajud, Renajud, Infojud, Infoseg, CCS, Serasajud, CNIB, CENSEC, entre outros, conforme disciplinamento do art. 108, III, da Consolidação dos Provimentos da CGJT;

e) observar o estabelecido no Ato CGJT nº 01, de 21/01/2022 quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso, evitando o ocorrido no processo 0200400-22.2013.5.13.0023.

2. Recomendações específicas

a) incluir em pauta processos na fase de execução em que se verifique potencial conciliatório (art. 108, II, da Consolidação dos Provimentos da CGJT e Recomendação TRT13 SCR nº 003/2021);

b) incrementar o uso dos sistemas eletrônicos (Sisbajud, Renajud, Infojud, Infoseg, CCS, Serasajud, CNIB, CENSEC, entre outros), de forma a buscar reduzir o tempo de duração do processo na fase de execução;

c) observar os termos da Consolidação dos Provimentos da CGJT e Recomendação TRT13 SCR Nº 007/2022 no que se refere aos procedimentos a serem seguidos na fase de execução - determinações de reunião, suspensão/sobrestamento, e arquivamento definitivo dos autos;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

d) participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução.

À Diretora de Secretaria

a) monitorar os relatórios fornecidos pelo Hórus e e-Gestão, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade, e corrigi-las;

b) observar as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;

c) orientar a equipe a utilizar o Gigs para controle de prazos e cadastro de tarefas;

d) orientar a equipe para executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados, a exemplo dos processos 0000904-36.2018.5.13.0023, 0001082-90.2019.5.13.0009 (permaneceu paralisado, sem cumprimento do despacho de ID. b5f8537, no período de 09/02/2023 até 12/06/2023), 0001040-96.2019.5.13.0023, 0001535-48.2016.5.13.0023, 0000549-21.2021.5.13.0023, 0130084-13.2015.5.13.0023, e 0000110-10.2021.5.13.0023;

e) orientar a equipe a observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 007/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV;

f) orientar a equipe a observar as recomendações editadas pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT13 SCR Nº 004/2019 (Projeto Garimpo), de forma que, como condição de arquivamento de processo judicial, em qualquer fase, seja certificada a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, evitando o ocorrido nos 0000642-86.2018.5.13.0023, 0078500-38.2014.5.13.0023, e 0000969-65.2017.5.13.0023;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

g) orientar a equipe a utilizar a ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em Primeira Instância - WIKI-VT, como auxílio para a tramitação dos processos, nos termos do inciso VI do art. 32 da Consolidação dos Provimentos da CGJT.

Aos(às) servidores(as)

a) executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados, a exemplo dos processos 0000904-36.2018.5.13.0023, 0001082-90.2019.5.13.0009 (permaneceu paralisado, sem cumprimento do despacho de ID. b5f8537, no período de 09/02/2023 até 12/06/2023), 0001040-96.2019.5.13.0023, 0001535-48.2016.5.13.0023, 0000549-21.2021.5.13.0023, 0130084-13.2015.5.13.0023, e 0000110-10.2021.5.13.0023;

b) observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 007/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, para que, na hipótese de requisição de pequeno valor que tramita na unidade judiciária, quando da elaboração do ofício, selecionar, no campo "Prazo", a opção "data certa", para que seja inserido o período de 2 meses, evitando-se o ocorrido nos processos 0000344-55.2022.5.13.0023, e 0000636-74.2021.5.13.0023, por exemplo. Além disso, acrescentar no campo "Descrição" o nome da parte beneficiária, a fim de facilitar a pesquisa no caderno processual, evitando o ocorrido nos processos 0000344-55.2022.5.13.0023 e 0000636-74.2021.5.13.0023. Deve-se também utilizar o tipo "requisição" na tarefa "Preparar expedientes e comunicações", a fim de possibilitar a correta leitura pelo e-Gestão da movimentação processual, evitando o ocorrido no processo 0000636-74.2021.5.13.0023;

c) participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

- d) proceder ao lançamento, com regularidade, no sistema PJe, dos pagamentos e levantamentos de créditos trabalhistas, inclusive daqueles decorrentes do pagamento de acordos, bem como os recolhimentos fiscais, previdenciários e de custas, tanto na fase de conhecimento como na de execução, observando o registro correto dos valores, evitando-se o ocorrido, por exemplo, no processo 0000796-65.2022.5.13.0023, onde não foi efetuado o registro discriminado do beneficiário de todos os numerários pagos, no processo 0000600-32.2021.5.13.0023, onde foram feitos registros de pagamento a menor, e nos processos 0000904-36.2018.5.13.0023, 0001040-96.2019.5.13.0023, 0207300-21.2013.5.13.0023, e 0131747-94.2015.5.13.0023, onde não foram efetuados todos os registros de pagamento;
- e) observar as recomendações editadas pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT13 SCR Nº 004/2019 (Projeto Garimpo), de forma que, como condição de arquivamento de processo judicial, em qualquer fase, seja certificada a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, evitando o ocorrido nos processos 0000642-86.2018.5.13.0023, 0078500-38.2014.5.13.0023, e 0000969-65.2017.5.13.0023;
- f) utilizar o Gigs para controle de prazos e cadastro de tarefas, procedendo ao registro de cumprimento, para melhor identificação das atividades realizadas, evitando o ocorrido nos processos 0000904-36.2018.5.13.0023, 0001535-48.2016.5.13.0023, 0000549-21.2021.5.13.0023, 0000110-10.2021.5.13.0023, com Gigs vencidos ou sem Gigs;
- g) utilizar a ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em Primeira Instância - WIKI-VT, como auxílio para a tramitação dos processos, nos termos do inciso VI do art. 32 da Consolidação dos Provimentos da CGJT.

21. CONSIDERAÇÕES FINAIS



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Diante dessas considerações, a Desembargadora Corregedora constata que a 4ª Vara do Trabalho de Campina Grande tem buscado o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.

Constata, com satisfação, o cumprimento das Metas 1 (101,528%), 2 (107,02%) e 5/2022 (131,83%) do CNJ.

Necessário se faz registrar, ainda, que a Unidade correicionada reduziu sensivelmente o tempo médio de duração do processo na fase de execução - de 1.470 dias no exercício anterior para 880 dias em 2023 (janeiro até maio) -, demonstrando o comprometimento da equipe para acelerar a prestação jurisdicional.

A evolução da 4ª Vara do Trabalho de Campina Grande no Igest é motivo de preocupação - em março de 2022 a vara ocupava a posição 386ª (1º quartil), passando para a 715ª (2º quartil) na classificação nacional elaborada pelo TST em março de 2023. Comparando-se com a classificação registrada na última ata de correição também houve uma involução, uma vez que, na correição anterior a Vara encontrava-se na posição 561ª, recomendando-se o permanente monitoramento dos processos, sempre na busca da redução de prazos e identificação de possíveis inconsistências.

A tabela relativa aos mesoindicadores (item 13) aponta que os itens “Produtividade”, “Taxa de congestionamento”, e “Força de Trabalho” foram os que mais impactaram a unidade no Igest no período correicionado.

Pontua-se, por fim, que é de grande relevância a participação de magistrados e servidores em capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional, especialmente àquelas relacionadas à mediação, conciliação e execução.

Nada mais havendo a tratar, dar-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Rodrigo Cavalcante Barreto, Secretário da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pela Desembargadora Corregedora, que deixa assinado o prazo de 08 dias, a contar do primeiro dia



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, oferecer suas considerações.

A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

MARGARIDA ALVES DE ARAÚJO SILVA
Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

ANEXO

VISTOS

0128600-70.2009.5.13.0023	0000327-82.2023.5.13.0023	0000368-49.2023.5.13.0023
0001082-90.2019.5.13.0009	0000387-82.2023.5.13.0014	0000420-27.2022.5.13.0008
0130594-26.2015.5.13.0023	0000825-18.2022.5.13.0023	0131199-69.2015.5.13.0023
0000235-75.2021.5.13.0023	0131975-69.2015.5.13.0023	0000280-45.2022.5.13.0023
0000131-15.2023.5.13.0023	0000264-28.2021.5.13.0023	0000796-65.2022.5.13.0023
0000818-36.2016.5.13.0023	0000820-98.2019.5.13.0023	0000204-84.2023.5.13.0023

DESPACHOS CORREICIONAIS

0000904-36.2018.5.13.0023	0000611-27.2022.5.13.0023	0200400-22.2013.5.13.0023
0130084-13.2015.5.13.0023	0000344-55.2022.5.13.0023	0001040-96.2019.5.13.0023
0000110-10.2021.5.13.0023	0000636-74.2021.5.13.0023	0000600-32.2021.5.13.0023
0207300-21.2013.5.13.0023	0001535-48.2016.5.13.0023	0000549-21.2021.5.13.0023



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL
